



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Fone: (83) 3313-1100 – Fax: 3313-1096
Rua Esplanada Bom Jesus, s/n – Centro – Boa Vista

e-mail: pm.boavista@gmail.com
CEP: 58.123-000

1

DECRETO Nº. 465/2014

BOA VISTA - PB, DE 27 DE MARÇO DE 2014.

REGULAMENTA A LEI Nº. 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÃO PÚBLICA PELO CIDADÃO, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, CRIA NORMAS DE PROCEDIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

REGULAMENTA A LEI Nº. 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÃO PÚBLICA PELO CIDADÃO, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, CRIA NORMAS DE PROCEDIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA, no uso da atribuição que lhe são conferidas, e considerando as disposições contidas na Lei Federal nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011, com vigência a partir de 16 de maio de 2012,

DECRETA:

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Este Decreto regulamenta, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal de Boa Vista (PB), os procedimentos para a garantia do acesso do cidadão às informações públicas estabelecido no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Ficam subordinados ao regime deste Decreto:

I – os órgãos públicos integrantes da administração direta e indireta, e demais controladas pelo Poder Executivo do Município de Boa Vista.

II – entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos ou subvenções sociais do Município de BOA VISTA ou com este mantenham contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Fone: (83) 3313-1100 – Fax: 3313-1096
Rua Esplanada Bom Jesus, s/n – Centro – Boa Vista

e-mail: pm.boavista@gmail.com
CEP: 58.123-000

2

Art. 2º. Para efeito deste Decreto considera-se:

- I – informação – dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;
- II – dados processados – dados submetidos a qualquer operação ou tratamento por meio de processamento eletrônico ou por meio automatizado com o emprego de tecnologia da informação;
- III – documento – unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;
- IV – informação sigilosa – informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;
- V – informação pessoal – informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;
- VI – tratamento da informação – conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;
- VII – disponibilidade – qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, ou equipamentos ou sistemas autorizados;
- VIII – autenticidade – qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;
- IX – integridade – qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;
- X – primariedade – qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações;
- XI – informação atualizada – informação que reúne os dados mais recentes sobre o tema, de acordo com sua natureza, com os prazos previstos em normas específicas ou conforme a periodicidade estabelecida nos sistemas informatizados que a organizam; e
- XII – documento preparatório – documento formal utilizado como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo, a exemplo de pareceres e notas técnicas.

DO ACESSO À INFORMAÇÃO E SUA DIVULGAÇÃO

Art. 3º. Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal de BOA VISTA assegurarão, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as diretrizes previstas na Lei nº. 12.527, de 2011.



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Fone: (83) 3313-1100 – Fax: 3313-1096
Rua Esplanada Bom Jesus, s/n – Centro – Boa Vista

e-mail: pm.boavista@gmail.com
CEP: 58.123-000

3

Art. 4º. Nos casos de repasse de recurso público, subvenções sociais ou celebração de contrato de gestão, convênio, acordo com entidade privada sem fins lucrativos esta deverá ser alertada formalmente da responsabilidade pelo acesso a informação.

Parágrafo único. A prestação da informação pelas entidades previstas no inciso II, do parágrafo único do artigo 1º deste Decreto, refere-se à parcela e à destinação dos recursos públicos recebidos.

Art. 5º. A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais e utilizados, tais como: reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

Parágrafo único. Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aqueles cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº. 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 6º. Ao gestor de cada órgão ou entidade descrito no artigo 1º deste Decreto caberá manter a estrutura necessária para que as informações de interesse público sejam disponibilizadas em sítio eletrônico oficial respectivo, devendo zelar pela sua atualização diária, bem como pela autenticidade e disponibilidade das informações contidas na página.

Parágrafo único. As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de páginas na Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.

Art. 7º. Os sítios eletrônicos oficiais de que trata o artigo 3º deverão atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

- I – conter formulário para pedido de acesso à informação;
- II – conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
- III – possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
- IV – possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos estruturados e legíveis por máquina;
- V – divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;
- VI – garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;
- VII – manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;
- VIII – indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio;
- IX – garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência;



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Fone: (83) 3313-1100 – Fax: 3313-1096
Rua Esplanada Bom Jesus, s/n – Centro – Boa Vista

e-mail: pm.boavista@gmail.com
CEP: 58.123-000

4

Art. 8º. Deverão ser disponibilizadas nos sítios eletrônicos oficiais respectivos dos órgãos que compõem o Poder Executivo Municipal, independentemente de solicitação, as seguintes informações de interesse público:

- I – registro das competências, estrutura organizacional, endereço e telefone das unidades, horário de atendimento ao público;
- II – relação de servidores, cargo e local de exercício;
- III – programas, projetos, ações, metas e indicadores propostos;
- IV – repasses ou transferências de recursos financeiros e despesas efetuados;
- V – execução orçamentária e financeira detalhada;
- VI – licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;
- VII – decisões de dispensas de licitação, inclusive com a justificativa para a contratação direta;
- VIII – atos de instauração de procedimentos que visem apurar possíveis irregularidades no cumprimento das obrigações dos contratos, e respectivas decisões finais;
- IX – despesas relativas a viagens e adiantamentos;

DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO

Art. 9º. O Serviço de Informações ao Cidadão funcionará na sede da Prefeitura Municipal de BOA VISTA, com o objetivo de atender:

- I – atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II – informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e
- III – receber e registrar pedidos de acesso à informação.

§ 1º. Compete ao SIC:

- I – o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;
- II – o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido; e
- III – o encaminhamento do pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação, quando couber.

§ 2º. No âmbito da Administração Direta o SIC ficará sob a subordinação da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 10. O SIC será instalado em unidade física identificada, de fácil acesso e aberta ao público.



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Fone: (83) 3313-1100 – Fax: 3313-1096
Rua Esplanada Bom Jesus, s/n – Centro – Boa Vista

e-mail: pm.boavista@gmail.com
CEP: 58.123-000

5

§ 1º. Nas entidades previstas no inciso I, do artigo 1º deste Decreto, que não for instalada unidade física será oferecido serviço de recebimento, registro dos pedidos de acesso à informação, bem como a disponibilização das informações requeridas observadas as regras deste Decreto.

§ 2º. Se a unidade não detiver a informação, o pedido será encaminhado ao SIC do órgão ou entidade central, que comunicará ao requerente o número do protocolo e a data de recebimento do pedido, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Art. 11. O serviço de informações ao cidadão no âmbito da Administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal será coordenado pela Controladoria Geral do Município, a quem compete orientar, cobrar e fiscalizar a efetividade por parte dos órgãos públicos na prestação deste serviço.

§ 1º. Compete à Controladoria Geral do Município, divulgar orientação ao cidadão quanto à forma de procedimento para o acesso a informação pública, utilizando, para tanto:

I – Jornal Digital do Município - Porta Voz;

II – A Internet – página oficial da Prefeitura Municipal de BOA VISTA. § 2º. Os órgãos da Administração municipal elencados no inciso I, do Parágrafo único do art. 1º, deste Decreto ficam subordinados à Controladoria Geral do Município no que se referir à eficiência e eficácia no cumprimento das normas estabelecidas neste Decreto.

Art. 12. Cabe ao Prefeito e aos dirigentes máximos de cada órgão da administração indireta designar, no prazo de até **30 (trinta) dias corridos** contados a partir da data de publicação deste Decreto, o servidor que será o gestor responsável pelo funcionamento dos respectivos Serviços de Informações ao Cidadão.

§ 1º. No âmbito da Prefeitura Municipal além gestor designado conforme o caput deste artigo, cada Secretário Municipal deverá designar **02 (DOIS) SERVIDORES** da respectiva pasta, sendo um **TITULAR** e um **SUPLENTE**, que ficarão responsáveis por receber do SIC da Prefeitura as solicitações de informações relativas à secretaria, bem como atendê-las segundo o regulamento deste Decreto.

§ 2º. Na página oficial na Internet cada órgão deverá fazer constar em destaque, permanentemente, o endereço físico e virtual onde o interessado poderá requerer a informação desejada, bem como o nome do servidor responsável pelo serviço, inclusive o número do telefone através do qual este poderá ser contactado no horário de expediente.

§ 3º. O servidor designado como substituto atenderá nos impedimentos justificados.

§ 4º. Os servidores designados para este trabalho, bem como todos os que a Controladoria Geral do Município entender necessário serão, permanentemente, capacitados para atuarem na implantação e correto funcionamento das normas estabelecidas neste Decreto.

DO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 13. Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Fone: (83) 3313-1100 – Fax: 3313-1096
Rua Esplanada Bom Jesus, s/n – Centro – Boa Vista

e-mail: pm.boavista@gmail.com
CEP: 58.123-000

6

§ 1º. O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico nos sítios oficiais na Internet, e em meio físico, nos Serviços de Informação ao Cidadão, instalados nos órgãos e entidades. Assim definidos:

- I – Serviço de Informações ao Cidadão da Prefeitura Municipal de BOA VISTA;
- II – Serviço de Informações ao Cidadão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de BOA VISTA – FUSEM;
- III – Serviço de Informações ao Cidadão do Arquivo Público.

§ 2º. Os prazos de resposta estabelecidos neste Decreto só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal nos órgãos ou entidades em que ocorrer a solicitação da informação, independentemente se solicitada via sistema eletrônico ou presencial.

Caso a solicitação inicial ou final do prazo ocorra em dia de sábado, domingo, feriado, ponto facultativo, ou em que o expediente da repartição não seja normal, considera-se o prazo prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, ou em que a repartição funcione normalmente.

Art. 14. O pedido de acesso à informação deverá conter:

- I – nome do requerente;
- II – número de documento de identificação válido;
- III – especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e
- IV – endereço físico e endereço eletrônico (caso possua) do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Art. 15. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

- I – genéricos;
- II – desproporcionais ou desarrazoados; ou
- III – que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não sejam de competência do órgão ou entidade.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 16. São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 17. Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

§ 1º. Caso não seja possível o acesso imediato, o órgão ou entidade deverá, no prazo de até 20 (VINTE) dias:



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Fone: (83) 3313-1100 – Fax: 3313-1096
Rua Esplanada Bom Jesus, s/n – Centro – Boa Vista

e-mail: pm.boavista@gmail.com
CEP: 58.123-000

7

I – enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado;

II – comunicar a data, o local e modo para realizar a consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;

III – comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;

IV – indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela informação ou que a detenha; ou

V – indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º. Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II do § 1º.

§ 3º. Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, o órgão ou entidade deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§ 4º. Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 3º, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 18. O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por **10 (DEZ) DIAS**, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de **20 (VINTE) DIAS**.

Art. 19. Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o órgão ou entidade deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, o órgão ou entidade fica desobrigado do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 20. Quando o fornecimento da informação implicar **REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS** de documentos, o órgão ou entidade observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente Guia de Arrecadação Municipal ou documento equivalente, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

§ 1º. A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de **10 (DEZ) DIAS**, contados da comprovação do pagamento pelo requerente ou da entrega de declaração de pobreza por ele firmada, nos termos da Lei nº. 7.115, de 1983, ressalvadas hipóteses justificadas em que, devido ao volume ou ao estado dos documentos, a reprodução demande prazo superior.

§ 2º. Caso seja requerida justificadamente a concessão da cópia de documento, com autenticação, poderá ser designado um servidor para certificar que confere com o original ou, na impossibilidade, permitir que a autenticação da cópia seja feita por tabelionato.



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Fone: (83) 3313-1100 – Fax: 3313-1096
Rua Esplanada Bom Jesus, s/n – Centro – Boa Vista

e-mail: pm.boavista@gmail.com
CEP: 58.123-000

8

§ 3º. O preço da fotocópia será cobrado em concordância com o estipulado no Artigo 85, Inciso VI, da Lei Municipal nº 032, de 02 de junho de 1997 – Código Tributário do Município de Boa Vista.

Art. 21. A informação disponível deverá ser respondida no prazo máximo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, contados da data em que se deu o protocolo, sendo prudente que se faça de forma imediata.

§ 1º. Não sendo possível o acesso imediato da informação na forma disposta no caput deste artigo, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá:

I – disponibilizá-la no prazo de **20 (VINTE) DIAS**, comunicando ao interessado, neste mesmo prazo, o local e modo que a mesma será fornecida ou o endereço onde poderá ser consultada;

II – o prazo referido no inciso anterior poderá ser prorrogado por mais **10 (DEZ) DIAS** mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

Art. 22. No ato do fornecimento de informação que implica na retirada de cópias de documentos constantes dos arquivos dos órgãos públicos da Administração direta e indireta do Município de BOA VISTA, será emitido o documento “Termo de Recebimento”, onde o requerente deverá atestá-lo, se responsabilizando pelo uso da informação, documento este que será também o comprovante do atendimento do pedido de acesso à informação pública.

Art. 23. Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta comunicação com:

I – razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;

II – possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade que o apreciará; e

III – possibilidade de apresentação de pedido de classificação da informação, quando for o caso, com indicação da autoridade classificadora que o apreciará.

§ 1º. As razões de negativa de acesso a informação classificada indicarão o

fundamento legal da classificação, a autoridade que a classificou e código de indexação do documento classificado.

§ 2º. Os órgãos e entidades disponibilizarão formulário padrão para apresentação de recurso e de pedido de desclassificação.

DOS RECURSOS

Art. 24. No caso de indeferimento de acesso às informações ou às razões da negativa

do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de **10 (DEZ) DIAS ÚTEIS**, contado da ciência da decisão. Parágrafo único. O recurso será dirigido à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, prevista no artigo 28 deste Decreto, que deverá apreciá-lo no prazo de até **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, contado da sua apresentação.



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Fone: (83) 3313-1100 – Fax: 3313-1096
Rua Esplanada Bom Jesus, s/n – Centro – Boa Vista

e-mail: pm.boavista@gmail.com
CEP: 58.123-000

9

Art. 25. No caso de omissão de resposta ao pedido de acesso à informação, o requerente poderá apresentar reclamação no prazo de **10 (DEZ) DIAS ÚTEIS** ao SIC responsável pelo pedido, que deverá se manifestar no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contado do recebimento da reclamação.

Parágrafo único. O prazo para apresentar reclamação começará trinta dias após a apresentação do pedido.

Art. 26. Desprovido o recurso de que trata o parágrafo único do art. 25, ou infrutífera a reclamação de que trata o art. 26, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado da ciência da decisão, ao Prefeito Municipal, que deverá se manifestar no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contado do recebimento do recurso.

§ 1º. O Prefeito poderá determinar que o órgão ou entidade preste esclarecimentos.

§ 2º. Provido o recurso, o Prefeito fixará prazo para o cumprimento da decisão pelo órgão ou entidade.

DA COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Art. 27. A Comissão Mista de Reavaliação de Informações será composta por representantes indicados pelos titulares das seguintes secretarias:

I – Controladoria Geral do Município;

II – Procuradoria Geral do Município;

III – Secretaria de Administração e Finanças;

IV – Chefia de Gabinete;

V – Órgãos da Administração Indireta, sendo que o membro indicado fará parte apenas dos assuntos pertinentes ao órgão de sua lotação.

§ 1º. A designação para a função de membro da Comissão Mista de Reavaliação de Informações far-se-á por Decreto e recairá sobre servidor público.

§ 2º. Será de 02 (dois) anos a duração do mandato dos membros da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, permitida a recondução;

§ 3º. O membro da Comissão Mista de Reavaliação de Informações poderá ser exonerado da função nos seguintes casos:

I – morte;

II – renúncia;

III – falta injustificada a 03 (três) reuniões consecutivas;

IV – exoneração do serviço público.



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Fone: (83) 3313-1100 – Fax: 3313-1096
Rua Esplanada Bom Jesus, s/n – Centro – Boa Vista

e-mail: pm.boavista@gmail.com
CEP: 58.123-000

10

§ 4º. A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, ora instituída, será presidida por um de seus integrantes, com mandato de 01 (um) ano, coincidente com o ano civil, podendo ser reconduzido.

§ 5º. A escolha do presidente será por voto direto dos membros da Comissão, na primeira reunião do ano e no caso de empate será declarado Presidente o que fizer parte da Comissão há mais tempo. Persistindo o empate será declarado presidente o que tiver maior tempo de serviço ao Município.

§ 6º. Os membros da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, indicados pelos órgãos da Administração Indireta participarão apenas das reuniões onde serão discutidos assuntos pertinentes aos seus órgãos de lotação.

Art. 29. A Comissão Mista de Reavaliação de Informações reunir-se-á ordinariamente a cada 02 (dois) meses e extraordinariamente sempre que convocada.

Art. 30. A Comissão Mista de Reavaliação de Informações é competente para, no âmbito da Administração Municipal:

I – manter registro atualizado dos servidores indicados pelo dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração direta e indireta do Poder Executivo do Município de BOA VISTA, para acesso aos dados reservados ou sigilosos de cada Pasta.

II – requisitar da autoridade que classificou informação como reservada ou sigilosa, esclarecimentos ou acesso ao conteúdo, parcial ou integral da informação;

III – rever a classificação de informações reservadas ou sigilosas, de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada, observada o disposto na Legislação Federal;

IV – decidir recursos apresentados contra decisão proferida pela Controladoria Geral do Município, em grau recursal, a pedido de acesso à informação ou às razões da negativa de acesso à informação, bem como a pedido de desclassificação ou reavaliação de informação classificada.

Art. 31. Caberá ao Presidente da Comissão Mista de Reavaliação de Informações:

I – presidir os trabalhos da Comissão;

II – aprovar a pauta das reuniões ordinárias e as ordens do dia das respectivas sessões;

III – dirigir as discussões, concedendo, a palavra aos demais membros, coordenando os debates e nele interferindo para esclarecimentos;

IV – designar o membro secretário, para lavratura das atas de reunião;

V – convocar reuniões extraordinárias e as respectivas sessões; e

VI – remeter ao Prefeito a ata com as decisões tomadas na reunião.



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Fone: (83) 3313-1100 – Fax: 3313-1096
Rua Esplanada Bom Jesus, s/n – Centro – Boa Vista

e-mail: pm.boavista@gmail.com
CEP: 58.123-000

11

DAS INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS EM GRAU DE SIGILO

Art. 32. A título de exemplo podem ser consideradas informações de caráter sigiloso, no âmbito municipal aquelas que possuem dados pessoais cuja divulgação possa violar a intimidade, a vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como conteúdo de envelopes para habilitação e propostas em processos licitatórios de qualquer natureza enquanto a lei exigir que permaneçam lacrados.

§ 1º. Havendo dúvida quanto ao sigilo da informação em hipóteses diferentes das exemplificadas no caput deste artigo, a classificação se dará baseada na Lei Federal nº. 12.527, de 2011.

§ 2º. Os documentos que contenham informações pessoais serão classificados de acordo com o artigo 31, da Lei Federal nº 12.527, de 2011.

Art. 33. A classificação da informação como sigilosa é de competência:

I - Prefeito Municipal;

II – Vice-Prefeito Municipal;

III – Secretários Municipais e Dirigentes máximos dos órgãos e entidades da Administração Indireta.

Parágrafo único. É vedada a delegação da competência.

Art. 34. A autoridade que classificar informação de caráter sigilosa deverá encaminhar cópia do TCI – Termo de Classificação de Informação, anexo deste Decreto, à Comissão Mista de Reavaliação de Informações no prazo de trinta dias, contado da decisão de classificação ou de ratificação.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. Os órgãos e entidades adequarão suas políticas de gestão da informação, promovendo os ajustes necessários aos processos de registro, procedimento, trâmite e arquivamento de documentos e informações.

Art. 36. Os órgãos e entidades deverão reavaliar as informações classificadas no grau reservado ou sigiloso no prazo máximo de 02(dois) anos, contado do termo inicial de vigência da Lei nº. 12.527, de 2011.

Parágrafo único. As informações classificadas no grau reservado ou sigiloso, não reavaliadas no prazo previsto no caput serão consideradas, automaticamente, desclassificadas.

Art. 37. A Controladoria Geral do Município, em conjunto com a Procuradoria Geral e titulares das demais Secretarias Municipais, desenvolverá atividades para:

I – promoção de campanha de abrangência municipal de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização do direito fundamental de acesso à informação;

II – treinamento de agentes públicos no que se refere ao desenvolvimento de práticas relacionadas à transparência na administração pública.



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Fone: (83) 3313-1100 – Fax: 3313-1096
Rua Esplanada Bom Jesus, s/n – Centro – Boa Vista

e-mail: pm.boavista@gmail.com
CEP: 58.123-000

12

III – o monitoramento dos procedimentos de acesso à informação.

Art. 38. Até o quinto dia do mês subsequente, os órgãos da Administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal remeterão à Controladoria Geral do Município relatório de atendimento do mês, para fins estatísticos.

Art. 39. O servidor público municipal responsável pelo acesso à informação e que descumprir, sob qualquer pretexto, as determinações deste Decreto, destruir ou alterar informação pública, recusar de fornecê-la, impor sigilo para obtenção de proveito pessoal ou que de má fé divulgar informação sigilosa fica sujeito as penas previstas no art. 32 e seguintes da Lei 12.527/11, que deverão ser aplicadas obedecendo-se as formalidades previstas estatutariamente.

Art. 40. A Assessoria de Imprensa do Município de BOA VISTA manterá o Portal da Internet da Prefeitura Municipal de BOA VISTA como um canal de comunicação entre o governo e a sociedade, facilitando a esta o acesso aos sítios dos órgãos da Administração Municipal direta e indireta.

Art. 41. Fazem parte integrante deste Decreto, os Anexos:

I – Anexo I – Termo de Classificação de Informação;

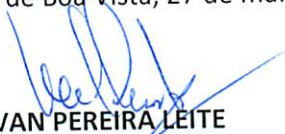
II – Anexo II – Formulário de Pedido de Acesso à Informação;

III – Anexo III – Termo de Recebimento da Informação

IV – Anexo IV – Formulário de Recurso de Pedido de Acesso à Informação

Art. 42. Revogados os atos em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Boa Vista, 27 de março de 2014.


EDVAN PEREIRA LEITE
Prefeito Municipal



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Fone: (83) 3313-1100 – Fax: 3313-1096
Rua Esplanada Bom Jesus, s/n – Centro – Boa Vista

e-mail: pm.boavista@gmail.com
CEP: 58.123-000

13

ANEXO I

GRAU DE SIGILO DA INFORMAÇÃO

TERMO DE CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Órgão / Entidade: _____
Código de Indexação: _____
Grau de Sigilo: _____
Categoria: _____
Tipo de Documento: _____
Data de Produção: _____
Fundamento Legal para Classificação: _____
Razões para a Classificação: _____
Prazo da Restrição de Acesso: _____
Data de Classificação: _____
Autoridade Classificadora: _____
Nome: _____
Cargo: _____

QUANDO APLICÁVEL:

Autoridade Ratificadora: _____
Nome: _____
Cargo: _____

Desclassificação em: ____/____/____

Nome: _____
Cargo: _____

Reclassificação em: ____/____/____

Nome: _____
Cargo: _____

Redução de Prazo em: ____/____/____

Nome: _____
Cargo: _____

Prorrogação de Prazo: ____/____/____

Nome: _____
Cargo: _____



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Fone: (83) 3313-1100 – Fax: 3313-1096
Rua Esplanada Bom Jesus, s/n – Centro – Boa Vista

e-mail: pm.boavista@gmail.com
CEP: 58.123-000

14

Assinatura da Autoridade Classificadora

Assinatura da Autoridade Ratificadora (quando aplicável)

Assinatura da Autoridade responsável por Desclassificação (quando aplicável)

Assinatura da Autoridade responsável por Reclassificação (quando aplicável)

Assinatura da Autoridade responsável por Redução de Prazo (quando aplicável)

Assinatura da Autoridade responsável por Prorrogação de Prazo (quando aplicável)



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Fone: (83) 3313-1100 – Fax: 3313-1096
Rua Esplanada Bom Jesus, s/n – Centro – Boa Vista

e-mail: pm.boavista@gmail.com
CEP: 58.123-000

15

ANEXO II

Formulário de Pedido de Acesso à Informação:

Pessoa Física Pessoa Jurídica Número de Protocolo _____

Dados do Requerente (obrigatório):

Nome / Razão Social: _____

Documentos de identificação:

RG / Insc. Estadual: _____

Emissor: UF: _____

CPF / CNPJ: _____

Rua: _____

Número: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____

Tel. Res.: () _____

Tel. Com.: () _____

Tel. Cel.: () _____

Endereço Eletrônico (e-mail)²: _____

Dados do Representante (obrigatório¹): _____

Nome / Razão Social:

Documento de

Identificação:

RG / Insc. Estadual: Emissor: UF:

CPF / CNPJ:

Rua:

Número: Bairro:

Cidade: UF: CEP:

Tel. Res.: () Tel. Com.: () Tel. Cel.: ()

Endereço Eletrônico (e-mail)²:

Especificação do Pedido de Acesso à Informação:

Órgão/Entidade Destinatário do Pedido:

Forma preferencial de recebimento da resposta:



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Fone: (83) 3313-1100 – Fax: 3313-1096
Rua Esplanada Bom Jesus, s/n – Centro – Boa Vista

e-mail: pm.boavista@gmail.com
CEP: 58.123-000

16

Retirar Cópias Pessoalmente (com custo³) Consultar Pessoalmente

Especificação do pedido:

Nestes termos, pede deferimento:

Boa Vista, ____ / ____ / ____

Assinatura

(Requerente ou Representante Legal)

1. Dados de preenchimento obrigatório caso o requerimento seja feito por um representante. Neste caso, torna-se obrigatório a apresentação de documentação legal que comprove a condição de representante.

2. Dado Obrigatório em caso de recebimento das informações solicitadas, por meio eletrônico.

3. Em caso de documentos que gerem custos, como custos com impressão e fotocópias de documentos.



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Fone: (83) 3313-1100 – Fax: 3313-1096
Rua Esplanada Bom Jesus, s/n – Centro – Boa Vista

e-mail: pm.boavista@gmail.com
CEP: 58.123-000

17

ANEXO III

Termo de Recebimento das Informações

Eu, _____,
portador do CPF/CNPJ _____,
domiciliado à rua _____ nº _____,
Bairro _____ na cidade de _____,
_____ estado de _____, através
deste, declaro estar ciente:

- a) De que as reproduções dos documentos descritos na requisição do serviço nº _____ datada de _____ / _____ / _____ são de originais custodiados pela Prefeitura Municipal de BOA VISTA.
- b) Da obrigatoriedade de, por ocasião da divulgação das referidas reproduções, mencionar que os respectivos originais pertencem a Prefeitura Municipal de BOA VISTA.
- c) De que em caso de nova utilização das reproduções objeto deste termo, caberá ao usuário o preenchimento de novo termo de responsabilidade.
- d) Das restrições a que se referem os art. 4º e 6º da Lei 8.159 de 08.01.1991 (Lei de Arquivos); da lei nº 9610, de 19.02.1998 (Lei de Direitos Autorais); dos art. 138 e 145 do Código Penal, que prevê os crimes de calúnia, injúria e difamação; bem como a proibição, decorrente do art. 5º, inciso X, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, de difundir das informações obtidas que, embora associadas a interesses particulares, digam respeito à honra e a imagem de terceiros.
- e) De que a pessoa física ou jurídica, conforme o caso expresso neste termo, responsável pela utilização dos documentos terá inteira e exclusiva responsabilidade, no âmbito civil e penal, a qualquer tempo, sobre danos materiais ou morais que possam advir do uso das reproduções e/ou informações fornecidas, eximindo, consequentemente, de qualquer responsabilidade a Prefeitura Municipal de BOA VISTA.
- f) De que autorizações relativas a direitos autorais e de imagem, quando pertinentes, devem ser solicitadas diretamente aos atores ou retratados.

BOA VISTA, _____ de _____ de 20 _____

Assinatura (Requerente / Representante)



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Fone: (83) 3313-1100 – Fax: 3313-1096
Rua Esplanada Bom Jesus, s/n – Centro – Boa Vista

e-mail: pm.boavista@gmail.com
CEP: 58.123-000

18

ANEXO IV

Formulário de Recurso de Pedido de Acesso à Informação

Pessoa Física Pessoa Jurídica

Número de Protocolo _____ Número do Processo Original _____

Dados do Requerente (obrigatório):

Nome / Razão Social: _____

Documentos de identificação: _____

RG / Insc. Estadual: Emissor: UF: _____

CPF / CNPJ: _____

Rua: _____

Número: Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____

Tel. Res.: () _____

Tel. Com.: () _____

Tel. Cel.: () _____

Endereço Eletrônico (e-mail)²: _____

Dados do Representante (obrigatório¹):

Nome / Razão Social: _____

Documento de

Identificação: _____

RG / Insc. Estadual: Emissor: UF: _____

CPF / CNPJ: _____

Rua: _____

Número: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

UF: _____

CEP: _____

Tel. Res.: () _____

Tel. Com.: () _____

Tel. Cel.: () _____

Endereço Eletrônico (e-mail)²: _____

Especificação do Pedido de Acesso à Informação:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA

Fone: (83) 3313-1100 – Fax: 3313-1096
Rua Esplanada Bom Jesus, s/n – Centro – Boa Vista

e-mail: pm.boavista@gmail.com
CEP: 58.123-000

19

Órgão/Entidade Destinatário do Pedido: _____

Venho mui respeitosamente requerer de V. Ex^a, que seja submetido a reexame de decisão dos órgãos competentes o que se segue:

Especificação do pedido de Recurso:

Nestes termos, pede deferimento:

BOA VISTA, ____ / ____ / ____

Assinatura (Requerente ou Represente): _____

professora, matrícula 230, lotada na Secretaria de Educação, de acordo com o disposto no art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/03 C/C o § 5º do art. 40 da Constituição Federal/88 e art. 56 da Lei Municipal nº 1.347/14.

Art. 2º- Registre-se, publique-se.

Bayeux, PB, 25 de março de 2014.

GÍLSON LUIZ DA SILVA
Diretor Superintendente

Publicado por:
Gilson Luiz da Silva
Código Identificador:16C49430

**IPAM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E
ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE BAYEUX
APOSENTADORIA Nº 34/2014**

PORTARIA Nº. 34/2014 De 25 de março de 2014.

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX – IPAM, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.347/2014, de 10 de março de 2014, art. 12 e art. 89, inciso II:

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS à servidora ANGELA MARIA DA SILVA, professora, matrícula 314, lotada na Secretaria de Educação, de acordo com o disposto no art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/03 C/C o § 5º do art. 40 da Constituição Federal/88 e art. 56 da Lei Municipal nº 1.347/14.

Art. 2º- Registre-se, publique-se.

Bayeux, PB, 25 de março de 2014.

GÍLSON LUIZ DA SILVA
Diretor Superintendente

Publicado por:
Gilson Luiz da Silva
Código Identificador:34DE9172

**IPAM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E
ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE BAYEUX
APOSENTADORIA Nº 35/2014**

PORTARIA Nº. 35/2014 De 25 de março de 2014.

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX – IPAM, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.347/2014, de 10 de março de 2014, art. 12 e art. 89, inciso II:

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS à servidora MAURICIA GOMES DA SILVA, professora, matrícula 2042-5, lotada na Secretaria de Educação, de acordo com o disposto no art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional 41/03 C/C o § 5º do art. 40 da Constituição Federal/88 e art. 56 da Lei Municipal nº 1.347/14.

Art. 2º- Registre-se, publique-se.

Bayeux, PB, 25 de março de 2014.

GÍLSON LUIZ DA SILVA
Diretor Superintendente

Publicado por:
Gilson Luiz da Silva
Código Identificador:15951661

**IPAM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E
ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE BAYEUX
APOSENTADORIA Nº 36/2014**

PORTARIA Nº. 36/2014 De 25 de março de 2014.

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BAYEUX – IPAM, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.347/2014, de 10 de março de 2014, art. 12 e art. 89, inciso II:

RESOLVE

Art. 1º - CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora MARIA NAZARÉ DE OLIVEIRA ROCHA, auxiliar de serviços gerais, matrícula 4290, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o disposto no art. 40, § 1º, III, alínea “b” da Constituição Federal/88 com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03 C/C art. 1º da Lei 10.887/04 e art. 32, incisos I, II e III da Lei Municipal nº 1.347/14.

Art. 2º- Registre-se, publique-se.

Bayeux, PB, 25 de março de 2014.

GÍLSON LUIZ DA SILVA
Diretor Superintendente

Publicado por:
Gilson Luiz da Silva
Código Identificador:32D953DD

**ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA**

**GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 465/2014**

REGULAMENTA A LEI Nº. 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE O ACESSO A INFORMAÇÃO PÚBLICA PELO CIDADÃO, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, CRIA NORMAS DE PROCEDIMENTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA, no uso da atribuição que lhe são conferidas, e considerando as disposições contidas na Lei Federal nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011, com vigência a partir de 16 de maio de 2012,

**DECRETA:
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Este Decreto regulamenta, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal de Boa Vista (PB), os procedimentos para a garantia do acesso do cidadão às informações públicas estabelecido no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Parágrafo único. Ficam subordinados ao regime deste Decreto:

I – os órgãos públicos integrantes da administração direta e indireta, e demais controladas pelo Poder Executivo do Município de Boa Vista.
II – entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos ou subvenções sociais do Município de BOA VISTA ou com este mantenham contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Art. 2º. Para efeito deste Decreto considera-se:

I – informação – dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;
II – dados processados – dados submetidos a qualquer operação ou tratamento por meio de processamento eletrônico ou por meio automatizado com o emprego de tecnologia da informação;
III – documento – unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;
IV – informação sigilosa – informação submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquelas abrangidas pelas demais hipóteses legais de sigilo;
V – informação pessoal – informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem;
VI – tratamento da informação – conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;
VII – disponibilidade – qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, ou equipamentos ou sistemas autorizados;
VIII – autenticidade – qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;
IX – integridade – qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;
X – primariedade – qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações;
XI – informação atualizada – informação que reúne os dados mais recentes sobre o tema, de acordo com sua natureza, com os prazos previstos em normas específicas ou conforme a periodicidade estabelecida nos sistemas informatizados que a organizam; e
XII – documento preparatório – documento formal utilizado como fundamento da tomada de decisão ou de ato administrativo, a exemplo de pareceres e notas técnicas.

DO ACESSO À INFORMAÇÃO E SUA DIVULGAÇÃO

Art. 3º. Os órgãos e as entidades do Poder Executivo Municipal de BOA VISTA assegurarão, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as diretrizes previstas na Lei nº. 12.527, de 2011.

Art. 4º. Nos casos de repasse de recurso público, subvenções sociais ou celebração de contrato de gestão, convênio, acordo com entidade privada sem fins lucrativos estadeverá ser alertada formalmente da responsabilidade pelo acesso a informação.

Parágrafo único. A prestação da informação pelas entidades previstas no inciso II, do parágrafo único do artigo 1º deste Decreto, refere-se à parcela e à destinação dos recursos públicos recebidos.

Art. 5º. A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais e utilizados, tais como: reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

Parágrafo único. Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aqueles cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo próprio ou da família, declarada nos termos da Lei nº. 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 6º. Ao gestor de cada órgão ou entidade descrito no artigo 1º deste Decreto caberá manter a estrutura necessária para que as informações de interesse público sejam disponibilizadas em sítio eletrônico oficial respectivo, devendo zelar pela sua atualização diária, bem como pela autenticidade e disponibilidade das informações contidas na página.

Parágrafo único. As informações poderão ser disponibilizadas por meio de ferramenta de redirecionamento de páginas na Internet, quando estiverem disponíveis em outros sítios governamentais.

Art. 7º. Os sítios eletrônicos oficiais de que trata o artigo 3º deverão atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

I – conter formulário para pedido de acesso à informação;
II – conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão;
III – possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações;
IV – possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos estruturados e legíveis por máquina;
V – divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;
VI – garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso;
VII – manter atualizadas as informações disponíveis para acesso;
VIII – indicar local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade detentora do sítio;
IX – garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

Art. 8º. Deverão ser disponibilizadas nos sítios eletrônicos oficiais respectivos dos órgãos que compõem o Poder Executivo Municipal, independentemente de solicitação, as seguintes informações de interesse público:

I – registro das competências, estrutura organizacional, endereço e telefone das unidades, horário de atendimento ao público;
II – relação de servidores, cargo e local de exercício;
III – programas, projetos, ações, metas e indicadores propostos;
IV – repasses ou transferências de recursos financeiros e despesas efetuados;
V – execução orçamentária e financeira detalhada;
VI – licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;
VII – decisões de dispensas de licitação, inclusive com a justificativa para a contratação direta;
VIII – atos de instauração de procedimentos que visem apurar possíveis irregularidades no cumprimento das obrigações dos contratos, e respectivas decisões finais;
IX – despesas relativas a viagens e adiantamentos;

DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO

Art. 9º. O Serviço de Informações ao Cidadão funcionará na sede da Prefeitura Municipal de BOA VISTA, com o objetivo de atender:

I – atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
II – informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e
III – receber e registrar pedidos de acesso à informação.

§ 1º. Compete ao SIC:

I – o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;
II – o registro do pedido de acesso em sistema eletrônico específico e a entrega de número do protocolo, que conterá a data de apresentação do pedido; e
III – o encaminhamento do pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação, quando couber.

§ 2º. No âmbito da Administração Direta o SIC ficará sob a subordinação da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 10. O SIC será instalado em unidade física identificada, de fácil acesso e aberta ao público.

§ 1º. Nas entidades previstas no inciso I, do artigo 1º deste Decreto, que não for instalada unidade física será oferecido serviço de recebimento, registro dos pedidos de acesso à informação, bem como a disponibilização das informações requeridas observadas as regras deste Decreto.

§ 2º. Se a unidade não detiver a informação, o pedido será encaminhado ao SIC do órgão ou entidade central, que comunicará ao requerente o número do protocolo e a data de recebimento do pedido, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Art. 11. O serviço de informações ao cidadão no âmbito da Administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal será coordenado pela Controladoria Geral do Município, a quem compete

orientar, cobrar e fiscalizar a efetividade por parte dos órgãos públicos na prestação deste serviço.

§ 1º. Compete à Controladoria Geral do Município, divulgar orientação ao cidadão quanto à forma de procedimento para o acesso a informação pública, utilizando, para tanto:

I – Jornal Digital do Município - Porta Voz;

II – A Internet – página oficial da Prefeitura Municipal de BOA VISTA. § 2º. Os órgãos da Administração municipal elencados no inciso I, do Parágrafo único do art. 1º, deste Decreto ficam subordinados à Controladoria Geral do Município no que se referir à eficiência e eficácia no cumprimento das normas estabelecidas neste Decreto.

Art. 12. Cabe ao Prefeito e aos dirigentes máximos de cada órgão da administração indireta designar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da data de publicação deste Decreto, o servidor que será o gestor responsável pelo funcionamento dos respectivos Serviços de Informações ao Cidadão.

§ 1º. No âmbito da Prefeitura Municipal além gestor designado conforme o caput deste artigo, cada Secretário Municipal deverá designar 02 (DOIS) SERVIDORES da respectiva pasta, sendo um TITULAR e um SUPLENTE, que ficarão responsáveis por receber do SIC da Prefeitura as solicitações de informações relativas à secretaria, bem como atendê-las segundo o regulamento deste Decreto.

§ 2º. Na página oficial na Internet cada órgão deverá fazer constar em destaque, permanentemente, o endereço físico e virtual onde o interessado poderá requerer a informação desejada, bem como o nome do servidor responsável pelo serviço, inclusive o número do telefone através do qual este poderá ser contactado no horário de expediente.

§ 3º. O servidor designado como substituto atenderá nos impedimentos justificados.

§ 4º. Os servidores designados para este trabalho, bem como todos os que a Controladoria Geral do Município entender necessário serão, permanentemente, capacitados para atuarem na implantação e correto funcionamento das normas estabelecidas neste Decreto.

DO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 13. Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º. O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico nos sítios oficiais na Internet, e em meio físico, nos Serviços de Informação ao Cidadão, instalados nos órgãos e entidades. Assim definidos:

I – Serviço de Informações ao Cidadão da Prefeitura Municipal de BOA VISTA;

II – Serviço de Informações ao Cidadão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de BOA VISTA – FUSEM;

III – Serviço de Informações ao Cidadão do Arquivo Público.

§ 2º. Os prazos de resposta estabelecidos neste Decreto só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal nos órgãos ou entidades em que ocorrer a solicitação da informação, independentemente se solicitada via sistema eletrônico ou presencial.

Caso a solicitação inicial ou final do prazo ocorra em dia de sábado, domingo, feriado, ponto facultativo, ou em que o expediente da repartição não seja normal, considera-se o prazo prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, ou em que a repartição funcione normalmente.

Art. 14. O pedido de acesso à informação deverá conter:

I – nome do requerente;

II – número de documento de identificação válido;

III – especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida;

IV – endereço físico e endereço eletrônico (caso possua) do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Art. 15. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I – genéricos;

II – desproporcionais ou desarrazoados; ou

III – que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não sejam de competência do órgão ou entidade.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso III do caput, o órgão ou entidade deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se

encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 16. São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Art. 17. Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

§ 1º. Caso não seja possível o acesso imediato, o órgão ou entidade deverá, no prazo de até 20 (VINTE) dias:

I – enviar a informação ao endereço físico ou eletrônico informado;

II – comunicar a data, o local e modo para realizar a consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;

III – comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;

IV – indicar, caso tenha conhecimento, o órgão ou entidade responsável pela informação ou que a detenha; ou

V – indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º. Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II do § 1º.

§ 3º. Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, o órgão ou entidade deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§ 4º. Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 3º, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 18. O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por 10 (DEZ) DIAS, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de 20 (VINTE) DIAS.

Art. 19. Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o órgão ou entidade deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, o órgão ou entidade fica desobrigado do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 20. Quando o fornecimento da informação implicar REPRODUÇÃO DE DOCUMENTOS de documentos, o órgão ou entidade observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente Guia de Arrecadação Municipal ou documento equivalente, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

§ 1º. A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de 10 (DEZ) DIAS, contados da comprovação do pagamento pelo requerente ou da entrega de declaração de pobreza por ele firmada, nos termos da Lei nº. 7.115, de 1983, ressalvadas hipóteses justificadas em que, devido ao volume ou ao estado dos documentos, a reprodução demande prazo superior.

§ 2º. Caso seja requerida justificadamente a concessão da cópia de documento, com autenticação, poderá ser designado um servidor para certificar que confere com o original ou, na impossibilidade, permitir que a autenticação da cópia seja feita por tabelionato.

§ 3º. O preço da fotocópia será cobrado em concordância com o estipulado no Artigo 85, Inciso VI, da Lei Municipal nº 032, de 02 de junho de 1997 – Código Tributário do Município de Boa Vista.

Art. 21. A informação disponível deverá ser respondida no prazo máximo de 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, contados da data em que se deu o protocolo, sendo prudente que se faça de forma imediata.

§ 1º. Não sendo possível o acesso imediato da informação na forma disposta no caput deste artigo, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá:

I – disponibilizá-la no prazo de 20 (VINTE) DIAS, comunicando ao interessado, neste mesmo prazo, o local e modo que a mesma será fornecida ou o endereço onde poderá ser consultada;

II – o prazo referido no inciso anterior poderá ser prorrogado por mais 10 (DEZ) DIAS mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

Art. 22. No ato do fornecimento de informação que implica na retirada de cópias de documentos constantes dos arquivos dos órgãos públicos

da Administração direta e indireta do Município de BOA VISTA, será emitido o documento "Termo de Recebimento", onde o requerente deverá atestá-lo, se responsabilizando pelo uso da informação, documento este que será também o comprovante do atendimento do pedido de acesso à informação pública.

Art. 23. Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta comunicação com:

- I – razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;
- II – possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade que o apreciará; e
- III – possibilidade de apresentação de pedido de classificação da informação, quando for o caso, com indicação da autoridade classificadora que o apreciará.

§ 1º. As razões de negativa de acesso a informação classificada indicarão o fundamento legal da classificação, a autoridade que a classificou e código de indexação do documento classificado.

§ 2º. Os órgãos e entidades disponibilizarão formulário padrão para apresentação de recurso e de pedido de desclassificação.

DOS RECURSOS

Art. 24. No caso de indeferimento de acesso às informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS, contado da ciência da decisão. Parágrafo único. O recurso será dirigido à Comissão Mista de Reavaliação de Informações, prevista no artigo 28 deste Decreto, que deverá apreciá-lo no prazo de até 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, contado da sua apresentação.

Art. 25. No caso de omissão de resposta ao pedido de acesso à informação, o requerente poderá apresentar reclamação no prazo de 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS ao SIC responsável pelo pedido, que deverá se manifestar no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da reclamação.

Parágrafo único. O prazo para apresentar reclamação começará trinta dias após a apresentação do pedido.

Art. 26. Desprovido o recurso de que trata o parágrafo único do art. 25, ou infrutífera a reclamação de que trata o art. 26, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da ciência da decisão, ao Prefeito Municipal, que deverá se manifestar no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

§ 1º. O Prefeito poderá determinar que o órgão ou entidade preste esclarecimentos.

§ 2º. Provido o recurso, o Prefeito fixará prazo para o cumprimento da decisão pelo órgão ou entidade.

DA COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Art. 27. A Comissão Mista de Reavaliação de Informações será composta por representantes indicados pelos titulares das seguintes secretarias:

- I – Controladoria Geral do Município;
- II – Procuradoria Geral do Município;
- III – Secretaria de Administração e Finanças;
- IV – Chefia de Gabinete;
- V – Órgãos da Administração Indireta, sendo que o membro indicado fará parte apenas dos assuntos pertinentes ao órgão de sua lotação.

§ 1º. A designação para a função de membro da Comissão Mista de Reavaliação de Informações far-se-á por Decreto e recairá sobre servidor público.

§ 2º. Será de 02 (dois) anos a duração do mandato dos membros da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, permitida a recondução;

§ 3º. O membro da Comissão Mista de Reavaliação de Informações poderá ser exonerado da função nos seguintes casos:

- I – morte;
- II – renúncia;
- III – falta injustificada a 03 (três) reuniões consecutivas;
- IV – exoneração do serviço público.

§ 4º. A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, ora instituída, será presidida por um de seus integrantes, com mandato de 01 (um) ano, coincidente com o ano civil, podendo ser reconduzido.

§ 5º. A escolha do presidente será por voto direto dos membros da Comissão, na primeira reunião do ano e no caso de empate será declarado Presidente o que fizer parte da Comissão há mais tempo.

Persistindo o empate será declarado presidente o que tiver maior tempo de serviço ao Município.

§ 6º. Os membros da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, indicados pelos órgãos da Administração Indireta participarão apenas das reuniões onde serão discutidos assuntos pertinentes aos seus órgãos de lotação.

Art. 29. A Comissão Mista de Reavaliação de Informações reunir-se-á ordinariamente a cada 02 (dois) meses e extraordinariamente sempre que convocada.

Art. 30. A Comissão Mista de Reavaliação de Informações é competente para, no âmbito da Administração Municipal:

I – manter registro atualizado dos servidores indicados pelo dirigente máximo de cada órgão ou entidade da administração direta e indireta do Poder Executivo do Município de BOA VISTA, para acesso aos dados reservados ou sigilosos de cada Pasta.

II – requisitar da autoridade que classificou informação como reservada ou sigilosa, esclarecimentos ou acesso ao conteúdo, parcial ou integral da informação;

III – rever a classificação de informações reservadas ou sigilosas, de ofício ou mediante provocação de pessoa interessada, observada o disposto na Legislação Federal;

IV – decidir recursos apresentados contra decisão proferida pela Controladoria Geral do Município, em grau recursal, a pedido de acesso à informação ou às razões da negativa de acesso à informação, bem como a pedido de desclassificação ou reavaliação de informação classificada.

Art. 31. Caberá ao Presidente da Comissão Mista de Reavaliação de Informações:

- I – presidir os trabalhos da Comissão;
- II – aprovar a pauta das reuniões ordinárias e as ordens do dia das respectivas sessões;
- III – dirigir as discussões, concedendo, a palavra aos demais membros, coordenando os debates e nele interferindo para esclarecimentos;
- IV – designar o membro secretário, para lavratura das atas de reunião;
- V – convocar reuniões extraordinárias e as respectivas sessões; e
- VI – remeter ao Prefeito a ata com as decisões tomadas na reunião.

DAS INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS EM GRAU DE SIGILO

Art. 32. A título de exemplo podem ser consideradas informações de caráter sigiloso, no âmbito municipal aquelas que possuem dados pessoais cuja divulgação possa violar a intimidade, a vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como conteúdo de envelopes para habilitação e propostas em processos licitatórios de qualquer natureza enquanto a lei exigir que permaneçam lacrados.

§ 1º. Havendo dúvida quanto ao sigilo da informação em hipóteses diferentes das exemplificadas no caput deste artigo, a classificação se dará baseada na Lei Federal nº 12.527, de 2011.

§ 2º. Os documentos que contenham informações pessoais serão classificados de acordo com o artigo 31, da Lei Federal nº 12.527, de 2011.

Art. 33. A classificação da informação como sigilosa é de competência:

- I – Prefeito Municipal;
- II – Vice-Prefeito Municipal;
- III – Secretários Municipais e Dirigentes máximos dos órgãos e entidades da Administração Indireta.

Parágrafo único. É vedada a delegação da competência.

Art. 34. A autoridade que classificar informação de caráter sigilosa deverá encaminhar cópia do TCI – Termo de Classificação de Informação, anexo deste Decreto, à Comissão Mista de Reavaliação de Informações no prazo de trinta dias, contado da decisão de classificação ou de ratificação.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. Os órgãos e entidades adequarão suas políticas de gestão da informação, promovendo os ajustes necessários aos processos de registro, procedimento, trâmite e arquivamento de documentos e informações.

Art. 36. Os órgãos e entidades deverão reavaliar as informações classificadas no grau reservado ou sigiloso no prazo máximo de 02 (dois) anos, contado do termo inicial de vigência da Lei nº 12.527, de 2011.

Parágrafo único. As informações classificadas no grau reservado ou sigiloso, não reavaliadas no prazo previsto no caput serão consideradas, automaticamente, desclassificadas.

Art. 37. A Controladoria Geral do Município, em conjunto com a Procuradoria Geral e titulares das demais Secretarias Municipais, desenvolverá atividades para:

I – promoção de campanha de abrangência municipal de fomento à cultura da transparência na administração pública e conscientização do direito fundamental de acesso à informação;

II – treinamento de agentes públicos no que se refere ao desenvolvimento de práticas

relacionadas à transparência na administração pública;

III – o monitoramento dos procedimentos de acesso à informação.

Art. 38. Até o quinto dia do mês subsequente, os órgãos da Administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal remeterão à Controladoria Geral do Município relatório de atendimento do mês, para fins estatísticos.

Art. 39. O servidor público municipal responsável pelo acesso à informação e que descumprir, sob qualquer pretexto, as determinações deste Decreto, destruir ou alterar informação pública, recusar de fornecê-la, impor sigilo para obtenção de proveito pessoal ou que de má fé divulgar informação sigilosa fica sujeito as penas previstas no art. 32 e seguintes da Lei 12.527/11, que deverão ser aplicadas obedecendo-se as formalidades previstas estatutariamente.

Art. 40. A Assessoria de Imprensa do Município de BOA VISTA manterá o Portal da Internet da Prefeitura Municipal de BOA VISTA como um canal de comunicação entre o governo e a sociedade, facilitando a esta o acesso aos sítios dos órgãos da Administração Municipal direta e indireta.

Art. 41. Fazem parte integrante deste Decreto, os Anexos:

I – Anexo I – Termo de Classificação de Informação;

II – Anexo II – Formulário de Pedido de Acesso à Informação;

III – Anexo III – Termo de Recebimento da Informação

IV – Anexo IV – Formulário de Recurso de Pedido de Acesso à Informação

Art. 42. Revogados os atos em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Boa Vista, 27 de março de 2014.

EDVAN PEREIRA LEITE

Prefeito Municipal

ANEXO I

GRAU DE SIGILO DA INFORMAÇÃO

TERMO DE CLASSIFICAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Órgão / Entidade: _____

Código de Indexação: _____

Grau de Sigilo: _____

Categoria: _____

Tipo de Documento: _____

Data de Produção: _____

Fundamento Legal para Classificação: _____

Razões para a Classificação: _____

Prazo da Restrição de Acesso: _____

Data de Classificação: _____

Autoridade Classificadora: _____

Nome: _____

Cargo: _____

QUANDO APLICÁVEL:

Autoridade Ratificadora: _____

Nome: _____

Cargo: _____

Desclassificação em: ____/____/____

Nome: _____

Cargo: _____

Reclassificação em: ____/____/____

Nome: _____

Cargo: _____

Redução de Prazo em: ____/____/____

Nome: _____

Cargo: _____

Prorrogação de Prazo: ____/____/____

Nome: _____

Cargo: _____

Assinatura da Autoridade Classificadora

Assinatura da Autoridade Ratificadora (quando aplicável)

Assinatura da Autoridade responsável por Desclassificação (quando aplicável)

Assinatura da Autoridade responsável por Reclassificação (quando aplicável)

Assinatura da Autoridade responsável por Redução de Prazo (quando aplicável)

Assinatura da Autoridade responsável por Prorrogação de Prazo (quando aplicável)

ANEXO II

Formulário de Pedido de Acesso à Informação:

Pessoa Física Pessoa Jurídica Número de Protocolo

Dados do Requerente (obrigatório):

Nome / Razão Social: _____

Documentos de identificação:

RG / Insc. Estadual: _____

Emissor: UF: _____

CPF / CNPJ: _____

Rua: _____

Número: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____

Tel. Res.: () _____

Tel. Com.: () _____

Tel. Cel.: () _____

Endereço Eletrônico (e-mail)²: _____

Dados do Representante (obrigatório¹):

Nome / Razão Social:

Documento de

Identificação:

RG / Insc. Estadual: Emissor: UF:

CPF / CNPJ:

Rua:

Número: Bairro:

Cidade: UF: CEP:

Tel. Res.: () Tel. Com.: () Tel. Cel.: ()

Endereço Eletrônico (e-mail)²:

Especificação do Pedido de Acesso à Informação:

Órgão/Entidade Destinatário do Pedido:

Forma preferencial de recebimento da resposta:

Retirar Cópias Pessoalmente (com custo³) Consultar Pessoalmente

Especificação do pedido:

Nestes termos, pede deferimento:

Boa Vista, ____ / ____ / ____

Assinatura

(Requerente ou Representante Legal)

¹. Dados de preenchimento obrigatório caso o requerimento seja feito por um representante. Neste caso, torna-se obrigatório a apresentação de documentação legal que comprove a condição de representante.

². Dado Obrigatório em caso de recebimento das informações solicitadas, por meio eletrônico.

³. Em caso de documentos que gerem custos, como custos com impressão e fotocópias de documentos.

ANEXO III

Termo de Recebimento das Informações

Eu, _____, portador do _____ CPF/CNPJ

domiciliado à rua _____ nº _____, Bairro _____ na cidade de _____,

estado de _____, através deste, declaro estar ciente:

a) De que as reproduções dos documentos descritos na requisição do serviço nº _____ datada de ____ / ____ / ____ são de originais custodiados pela Prefeitura Municipal de BOA VISTA.

b) Da obrigatoriedade de, por ocasião da divulgação das referidas reproduções, mencionar que os respectivos originais pertencem a Prefeitura Municipal de BOA VISTA.

c) De que em caso de nova utilização das reproduções objeto deste termo, caberá ao usuário o preenchimento de novo termo de responsabilidade.

d) Das restrições a que se referem os art. 4º e 6º da Lei 8.159 de 08.01.1991 (Lei de Arquivos); da lei nº 9610, de 19.02.1998 (Lei de Direitos Autorais); dos art. 138 e 145 do Código Penal, que prevê os crimes de calúnia, injúria e difamação; bem como a proibição, decorrente do art. 5º, inciso X, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, de difundir das informações obtidas que, embora associadas a interesses particulares, digam respeito à honra e a imagem de terceiros.

e) De que a pessoa física ou jurídica, conforme o caso expresso neste termo, responsável pela utilização dos documentos terá inteira e exclusiva responsabilidade, no âmbito civil e penal, a qualquer tempo, sobre danos materiais ou morais que possam advir do uso das reproduções e/ou informações fornecidas, eximindo, consequentemente, de qualquer responsabilidade a Prefeitura Municipal de BOA VISTA.

f) De que autorizações relativas a direitos autorais e de imagem, quando pertinentes, devem ser solicitadas diretamente aos atores ou retratados.

BOA VISTA, ____ de ____ de 20 ____

Assinatura (Requerente / Representante)

ANEXO IV

Formulário de Recurso de Pedido de Acesso à Informação

Pessoa Física Pessoa Jurídica

Número de Protocolo _____ Número do Processo Original _____

Dados do Requerente (obrigatório):

Nome / Razão Social: _____

Documentos de identificação:

RG / Insc. Estadual: Emissor: UF:

CPF / CNPJ: _____

Rua: _____

Número: Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____

Tel. Res.: () _____

Tel. Com.: () _____

Tel. Cel.: () _____

Endereço Eletrônico (e-mail)²: _____

Dados do Representante (obrigatório¹):

Nome / Razão Social: _____

Documento de

Identificação: _____

RG / Insc. Estadual: Emissor: UF: _____

CPF / CNPJ: _____

Rua: _____

Número: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

UF: _____

CEP: _____

Tel. Res.: () _____

Tel. Com.: () _____

Tel. Cel.: () _____

Endereço Eletrônico (e-mail)²: _____

Especificação do Pedido de Acesso à Informação:

Órgão/Entidade Destinatário do Pedido: _____

Venho mui respeitosamente requerer de V. Ex^a, que seja submetido a reexame de decisão dos órgãos competentes o que se segue:

Especificação do pedido de Recurso:

Nestes termos, pede deferimento:

BOA VISTA, ____ / ____ / ____

Assinatura (Requerente ou Represente): _____

Publicado por:

Antonio Izidro dos Santos Neto

Código Identificador:00E1F107

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ

CAMARA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FE
ATO DA MESA Nº 001/2014

ATO DA MESA Nº. 001/2014, DE 27 DE MARÇO DE 2014.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, ESTADO DA PARAÍBA, na forma do Diploma Regimental competente,

Considerando, a existência de vício de forma no procedimento administrativo do Concurso Público ora em andamento, a ser realizado pela Câmara Municipal de Bonito de Santa Fé – PB;

R e s o l v e:
Art. 1º – Cancelar, até ulterior deliberação, o Concurso Público de Provas de Títulos nº 001/2014.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições sem contrário.